



**Santa Casa  
de Bataiais**

*Excelência em saúde*

***Demonstrações  
Contábeis de 2022***

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais esclarece em seu Relatório de Gestão da Administração:

### **POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS SUPERÁVITS:**

Conforme o disposto do Artigo 20º, capítulo V, do Estatuto da Entidade que versa sobre rendimentos e aplicações dos recursos, o resultado financeiro quando apurado superávit, é apresentado no Demonstrativo de Resultado Financeiro e aplicado integralmente conforme estabelece as disposições legais e estatutárias, ou seja, na manutenção da assistência médico-hospitalar da Entidade, no desenvolvimento dos programas de assistência e nas melhorias dos serviços de interesse da Instituição. Porém no Exercício de 2022, a Entidade apurou déficit no valor de R\$ 2.400.401,97.

### **DOS NEGÓCIOS E PRINCIPAIS FATOS INTERNOS E EXTERNOS DA ENTIDADE COM INFLUÊNCIA NA PERFORMANCE E RESULTADO DO EXERCÍCIO DA ENTIDADE:**

A Santa Casa de Misericórdia de Batatais tem como atividade preponderante a prestação de serviços em assistência médico-hospitalar, de diagnósticos e tratamentos complementares, destinadas ao atendimento da população geral local e regional através do SUS, demais categorias de convênios, pacientes particulares e de usuários de seu Plano de Saúde.

No exercício de 2022, a Entidade apurou os seguintes resultados operacionais da produção quantitativa, financeira e econômica:

Da totalidade (100%), quantitativamente, dos atendimentos realizados pela Entidade em 2022, **82,30% da assistência de internações hospitalares foram à usuários do SUS** e 17,70% aos demais convênios e particulares; **na assistência ambulatorial: do total de sessões de hemodiálise realizadas, 96,39 % ocorreram aos usuários do SUS** e 3,61% aos demais convênios; **os exames de apoio diagnósticos (SADTs) 68,40% foram a pacientes do SUS** e 31,60% aos demais convênios e particulares; **da assistência de pronto atendimento (PA) e consultas de especialidades (ortopedia, gastro, nefrologia, obstetria, oncologia, urologia, oftalmologia, etc) e demais procedimentos ambulatoriais, 47,76% foram aos usuários do SUS** e 52,24% aos demais convênios e particulares.

Em contrapartida, as receitas financeiras totais correspondente **aos quantitativos de atendimentos ao SUS representaram apenas 46,39%**, demonstrando a insuficiência de recursos (subfinanciamento) para cobrir os reais gastos e custos dos atendimentos pelo SUS, ou seja, para cada R\$ 1,00 de gasto na assistência aos usuários do SUS, a Instituição Santa Casa recebeu apenas R\$ 0,46.

### **PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FUTUROS:**

- Reavaliação e revisão das metas anuais do Planejamento Estratégico e o estabelecimento de novos cronogramas para cumprimento de metas não cumpridas, resultantes de fatores externos;
- Revisões contínuas dos processos de trabalho e serviços dos setores e unidades da Entidade;





- Manutenção contínua em 2023 das necessidades de adequações e reformas nas ambiências internas e externas do hospital para o atendimento de novas Portarias e Normas de Saúde Pública;
- Término da ampliação da Unidade de Terapia Intensiva (UTI), aumentando a capacidade de instalação dos leitos de 08 para 20 leitos ao atendimento da demanda regional, o que não foi possível realizar no decorrer de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, por falta de recursos financeiros;
- Dar sequência na execução da construção do corredor que liga a estrutura hospitalar à Unidade de Cuidados Prolongados (UCP), nos padrões de edificação da etapa já realizada;
- Continuidade na execução do Projeto que visa as substituições de mobiliários dos quartos, (camas simples por fawler, colchões, mesas de cabeceiras, suportes de soro, aquisição de mais poltronas adequadas e com recursos de inclinação do encosto e apoio para descanso das pernas, bem como a climatização das ambiências e instalações de aparelhos de TV), visando melhorar o conforto e humanizar as ambiências de assistência aos pacientes e acompanhantes, projeto iniciado em 2012 e que até 2018 alcançou 70% da meta, e que vem sendo realizado em etapas anualmente.
- Implantação e instalação de placas de Energia Fotovoltaica e substituição de lâmpadas por lâmpadas de led, fruto do Projeto de Eficiência Energética permitido pela iniciativa da ANEEL no âmbito da "Chamada ANEEL nº 003/2021 - Projeto Prioritário de Eficiência Energética em Hospitais. Esse projeto foi elaborado e apresentado à CPFL Paulista pela empresa MegaEnergia Engenharia e Consultoria Energética Ltda, tendo sido enviado pela CPFL à Aneel e aprovado. Por se tratar de parceria com Entidade Filantrópica com CEBAS, o projeto será executado na modalidade Fundo Perdido, sem repasse e sem qualquer contrapartida por parte da Entidade.
- Visando debelar o quadro deficitário dos atendimentos aos usuários do SUS, a Instituição irá reunir com os Gestores de Saúde para renegociar os orçamentos de produções com valores de pagamento fixos e variáveis, visto que, o Sistema Único de Saúde mantém tabelas de preços há mais de 17 anos sem correção de seus valores e utilizam a mesma plataforma de valores para estabelecer a orçamentação do custeio da assistência do SUS.

#### **DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS REALIZADOS, OBJETIVO E ORIGENS DOS RECURSOS ALOCADOS:**

##### **Via Ministério da Saúde:**

- **Através da Proposta de Convênio FNS nº 36000.368887/2021-00, foi repassado pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, no final exercício de 2021, com utilização em 2022, através do Termo Aditivo nº 009/2021, recurso financeiro no valor de R\$ 300.000,00 para Custeio, na aquisição de Medicamentos, Materiais de Consumo e Pagamento Energia Elétrica necessários ao custeio do desenvolvimento de ações e serviços relativos à Assistência de Média e Alta Complexidade, cujo recurso advindo dessa Proposta, para Incremento Temporário Teto Média e Alta Complexidade (MAC), cadastrada no site do Fundo Nacional de Saúde (Portal FNS) pelo próprio Fundo Municipal de Saúde para o CNES da Entidade, referente indicação de Emenda Parlamentar do Deputado Federal Baleia Rossi, conforme Portaria MS/GM nº 1.464 de 30/06/2021 publicada no D.O.U. em 01/07/2021, que habilitou o Fundo Municipal de Saúde à recebê-lo e a repassá-lo à Santa Casa de Batatais. **Recurso totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final ao Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.****



- **Através da Proposta de Convênio FNS nº 36000.399676/2021-00, foi repassado em 2022, pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, através do Termo Aditivo nº 001/2022, recurso financeiro no valor de R\$ 500.000,00 para Custeio, recurso utilizado para Pagamento de Pessoal, visando o desenvolvimento de ações e serviços relativos à Assistência de Média e Alta Complexidade, cujo recurso advindo da referida Proposta, para Incremento Temporário Teto Média e Alta Complexidade (MAC) cadastrada no site Fundo Nacional de Saúde (Portal FNS) pelo próprio Fundo Municipal de Saúde para o CNES da Entidade, referente Emendas de Relator Geral, viabilizadas pelos Deputados Federais Marcos Pereira no valor de R\$ 300.000,00, e Vanderlei Macris no valor de R\$ 200.000,00, conforme Portaria MS/GM nº 2.889 de 26/10/2021, publicada no D.O.U. em 27/10/2021, que habilitou o Fundo Municipal de Saúde à recebê-lo e a repassá-lo à Santa Casa de Batatais. **Recurso totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final ao Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.****
- **Através da Proposta de Convênio FNS nº 36000.404253/2021-00, foi repassado em 2022, pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, através do Termo Aditivo nº 002/2022, recurso financeiro no valor de R\$ 500.000,00 para Custeio, recurso utilizado para Pagamento de Pessoal, visando o desenvolvimento de ações e serviços relativos à Assistência de Média e Alta Complexidade, cujo recurso advindo da referida Proposta, para Incremento Temporário Teto Média e Alta Complexidade (MAC) cadastrada no site Fundo Nacional de Saúde (Portal FNS) pelo próprio Fundo Municipal de Saúde para o CNES da Entidade, referente Emenda de Relator Geral no valor de R\$ 500.000,00, viabilizada pelo Deputado Federal Marcos Pereira, conforme Portaria MS/GM nº 2.889 de 26/10/2021 publicada no D.O.U. em 27/10/2021, que habilitou o Fundo Municipal de Saúde à recebê-lo e a repassá-lo à Santa Casa de Batatais. **Recurso totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final ao Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.****
- **Através da Proposta de Convênio FNS nº 36000.443863/2022-00, foi repassado em 2022, pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, através do Termo Aditivo nº 006/2022, recurso financeiro no valor de R\$ 200.000,00 para Custeio, recurso utilizado para Aquisição de Medicamentos, Material Médico-Hospitalar, Gêneros Alimentícios, Materiais de Consumo, Serviços de Terceiros, visando o desenvolvimento de ações e serviços relativos à Assistência de Média e Alta Complexidade, cujo recurso advindo da referida Proposta, para Incremento Temporário Teto Média e Alta Complexidade (MAC) cadastrada no site Fundo Nacional de Saúde (Portal FNS) pelo próprio Fundo Municipal de Saúde para o CNES da Entidade, referente indicação de Emenda Parlamentar do Deputado Federal Baleia Rossi, conforme Portaria MS/GM nº 731 de 05/04/2022 publicada no D.O.U. em 07/04/2022, que habilitou o Fundo Municipal de Saúde à recebê-lo e a repassá-lo à Santa Casa de Batatais. **Recurso totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final ao Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.****
- **Através da Proposta de Convênio FNS nº 36000.461811/2022-00, foi repassado em 2022, pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, através do Termo Aditivo nº 008/2022, recurso financeiro no valor de R\$ 501.000,00 para Custeio, recurso utilizado para Pagamento de Pessoal, visando o desenvolvimento de ações e serviços relativos à Assistência de Média e Alta Complexidade, cujo recurso advindo da referida Proposta, para Incremento Temporário Teto Média e Alta Complexidade (MAC) cadastrada no site Fundo Nacional de Saúde (Portal FNS) pelo próprio Fundo Municipal de Saúde para o CNES da Entidade, referente Emenda de Relator Geral solicitada pelo Deputado Federal Geninho Zuiliani, conforme Portaria MS/GM nº 1.452 de 14/06/2022 publicada no D.O.U. em 15/06/2022, que habilitou o Fundo Municipal de Saúde à recebê-lo e a repassá-lo à Santa Casa de Batatais. **Recurso totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final ao Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.****



**Via Recursos Próprios:**

- Através de recursos próprios da Instituição e de doações recebidas através de campanhas na sociedade e de forma geral, foram adquiridos equipamentos de apoio hospitalar geral (diversos), totalizando um montante financeiro de R\$ 21.667,90, à saber: Aparelhos de Ar Condicionado, Aparelho Celular, Cadeiras tipo Secretária, Armário de Aço e Enceradeiras Industriais.

**Via Recursos Próprios:**

- Investimentos realizados em 2022 com Reformas, Construções, Adequações e Melhorias das instalações físicas, com recursos próprios, visando humanizar a assistência aos pacientes e qualificar as ambiências do hospital:

DESCRIÇÃO OBRAS	SALDO EM 31/12/2021	RECURSOS APLICADOS EM 2022			TOTAL APLICADO EM 2022	TOTAL GERAL
		RECURSOS PRÓPRIOS	MUNICÍPIO BATATAIS	DOAÇÕES TERCEIROS		
OBRA AMPLIAÇÃO UTI (20 LEITOS) (Em andamento)	R\$603.682,84	R\$525.035,66	R\$-	R\$-	R\$525.035,66	R\$1.128.718,50

**CONVÊNIOS E SUBVENÇÕES RECEBIDOS E ASSINADOS ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO PARA CUSTEIO E INVESTIMENTO:**

- Através do Convênio nº 149/2021 / Processo nº.SES-PRC-2021-00158-DM celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde em 10/09/2021, publicado no D.O.E. em 11/09/2021, através do Sistema SP SEM PAPEL, cuja liberação total do recurso de R\$ 100.000,00 ocorreu em 20/09/2021, para CUSTEIO na Aquisição de Materiais de Consumo, Medicamentos e Pagamento de parte da Conta de Energia Elétrica, conforme Plano de Trabalho aprovado do referido Convênio. Dessa forma, no exercício de 2022, foi utilizado o valor de R\$ 55.850,19, sendo R\$ 51.151,05 relativo a saldo do exercício anterior + R\$ 938,54 advindo de aplicação financeira + R\$ 3.760,60 de recursos próprios da Entidade. Recurso totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final à Secretaria Estadual de Saúde via DRS XIII de Ribeirão Preto. Esse Convênio é fruto da Indicação de Emenda Parlamentar nº 2021.059.20907 do Deputado Estadual Major Mecca.
- Através do Convênio nº 178/2021 / Processo nº.SES-PRC-2021-00189-DM celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde em 22/09/2021, publicado no D.O.E. em 24/09/2021, através do Sistema SP SEM PAPEL, cuja liberação total do recurso de R\$ 150.000,00 ocorreu em 27/09/2021, para CUSTEIO na Aquisição de Materiais de Consumo, Medicamentos e Pagamento de parte da Conta de Energia Elétrica, conforme Plano de Trabalho aprovado do referido Convênio. Dessa forma, no exercício de 2022, foi utilizado o valor de R\$ 63.427,66, sendo R\$ 58.995,83 relativo a saldo do exercício anterior + R\$ 3.941,76 advindo de aplicação financeira + R\$ 490,07 de recursos próprios da Entidade. Recurso totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final à Secretaria Estadual de Saúde via DRS XIII de Ribeirão Preto. Esse Convênio é fruto da Indicação de Emenda Parlamentar nº 2021.080.21217 do Deputado Estadual Roberto Engler.



- **Através do Convênio nº 277/2021 / Processo nº.SES-PRC-2021-00313-DM celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde em 23/11/2021, publicado no D.O.E. em 24/11/2021, através do Sistema SP SEM PAPEL, cuja liberação total do recurso de R\$ 100.000,00 ocorreu em 29/11/2021, para CUSTEIO na Aquisição de Medicamentos e Pagamento de parte da Conta de Energia Elétrica, conforme Plano de Trabalho aprovado do referido Convênio. Dessa forma, no exercício de 2022, foi utilizado o valor de R\$ 123.805,63, sendo R\$ 98.030,61 relativo a saldo do exercício anterior + R\$ 640,69 advindo de aplicação financeira + R\$ 25.134,33 de recursos próprios da Entidade. Recurso totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final à Secretaria Estadual de Saúde via DRS XIII de Ribeirão Preto. Esse Convênio é fruto da Indicação de Emenda Parlamentar nº 2021.073.21144 da Deputada Estadual Professora Bebel.**
- **Através do Convênio nº 348/2021 / Processo nº.SES-PRC-2021-00356-DM celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde em 29/12/2021, publicado no D.O.E. em 30/12/2021, através do Sistema SP SEM PAPEL, cuja liberação total do recurso de R\$ 100.000,00 ocorreu em 30/12/2021, para CUSTEIO na Aquisição de Materiais de Consumo, Gêneros Alimentícios, Suplemento Alimentar (Dieta Enteral) e Pagamento de parte da Conta de Energia Elétrica, conforme Plano de Trabalho aprovado do referido Convênio. Dessa forma, no exercício de 2022, foi utilizado o valor de R\$ 137.213,80, sendo R\$ 100.027,63 relativo a saldo do exercício anterior + R\$ 2.476,84 advindo de aplicação financeira + R\$ 34.709,33 de recursos próprios da Entidade. Recurso totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final à Secretaria Estadual de Saúde via DRS XIII de Ribeirão Preto. Esse Convênio é fruto da Indicação de Emenda Parlamentar nº 2021.051.20822 da Deputada Estadual Janaina Paschoal.**
- **Através do Convênio nº 255/2022 / Processo nº.SES-PRC-2022-00667-DM celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde em 28/04/2022, publicado no D.O.E. em 29/04/2022, através do Sistema SP SEM PAPEL, cuja liberação total do recurso de R\$ 100.000,00 ocorreu em 28/11/2022, para CUSTEIO na Aquisição de Materiais de Consumo (Soluções, Compressas Cirúrgicas, Fralda Adulto Descartável, Luvas Cirúrgicas Estéril, Gêneros Alimentícios e Energia Elétrica, conforme Plano de Trabalho aprovado do referido Convênio. Dessa forma, no exercício de 2022, foi utilizado o valor de R\$ 105.237,43, equivalente a R\$ 100.000,00 relativo ao Convênio somado a R\$ 5.237,43 de recursos próprios da Entidade. Recurso totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final à Secretaria Estadual de Saúde via DRS XIII de Ribeirão Preto. Esse Convênio é fruto da Indicação de Emenda Parlamentar nº 2021.073.32218 da Deputada Estadual Professora Bebel.**
- **Através do Convênio nº 001048/2022 / Processo nº.SES-PRC-2022-00529-DM celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde em 13/12/2022, publicado no D.O.E. em 15/12/2022, através do Sistema SP SEM PAPEL, cuja liberação total do recurso de R\$ 200.000,00 ocorreu em 23/12/2022, para INVESTIMENTO na Aquisição de Computadores e Computador Servidor, conforme Plano de Trabalho aprovado do referido Convênio. Dessa forma, no exercício de 2022, foi utilizado o valor de R\$ 200.000,26, sendo R\$ 0,26 de recursos próprios da Entidade, para a aquisição de 45 unidades de Computadores com teclado, mouse, Monitor etc e 01 unidade de Computador Servidor. Recurso totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final à Secretaria Estadual de Saúde via DRS XIII de Ribeirão Preto. Esse Convênio é fruto da Indicação de Emenda Parlamentar nº 2022.017.38737 do Deputado Estadual Campos Machado.**



- **Através do Convênio SES nº 00250/2020 / Processo nº SES-PRC-2019/06005 / PRÓ SANTA CASA 2, celebrado com a Secretaria Estadual de Saúde em 23/01/2020, publicado no D.O.E. em 06/02/2020, no valor total de R\$ 3.024.000,00, a ser pago em 48 parcelas mensais de R\$ 63.000,00, para CUSTEIO com aquisição de SOLUÇÕES (SORO), LUVAS DE PROCEDIMENTOS, ANTICOAGULANTES e ANTIBIÓTICOS, através Sistema SANI, foi recebido em 2022 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 63.000,00 cada, cujos pagamentos ocorreram nas datas de 26/01/2022, 23/02/2022, 25/03/2022, 25/04/2022, 25/05/2022 e 24/06/2022. Somando-se o saldo do exercício anterior de R\$ 240.519,05, ao valor pago pelas 06 parcelas que totaliza R\$ 378.000,00, ao valor dos rendimentos de aplicação R\$ 6.168,85 apurados durante o referido exercício e R\$ 5.798,16 de recursos próprios da Entidade, utilizou-se o valor total de R\$ 630.486,06, recursos estes destinados ao CUSTEIO de Materiais de Consumo e de Medicamentos. Com a celebração do Convênio nº 000919/2022 / Processo nº SES-PRC-2022-00180-DM, em 23/06/2022 cujo Extrato publicado no D.O.E. em 25/06/2022, relativo ao Programa Mais Santas Casas (LEI Nº 17.461, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021 / DECRETO Nº 66.374, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021 / Resolução SS - 192, de 23 de dezembro de 2021 / Resolução SS nº 01, de 07 de janeiro de 2022), o Convênio SES nº 00250/2020 PRÓ SANTA CASA 2 foi rescindido, conforme Parágrafo Único da Cláusula Décima Segunda - Da Denúncia e Da Rescisão do Convênio Mais Santas Casas. Dessa forma, os recursos financeiros acima informados foram totalmente executados e já realizada e enviada Prestação de Contas Final à Secretaria Estadual de Saúde via DRS XIII de Ribeirão Preto.**
- **Através do Termo de Adesão ao Programa Mais Santas Casas (LEI Nº 17.461, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021 / DECRETO Nº 66.374, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021 / Resolução SS - 192, de 23 de dezembro de 2021 / Resolução SS nº 01, de 07 de janeiro de 2022), celebrado com a Secretaria Estadual de Saúde em 29/12/2021, publicado no D.O.E. em 30/03/2022, no valor total de R\$ 9.450,00, através do DRS XIII de Ribeirão Preto, o recurso foi pago em parcela única em 14/02/2022, para CUSTEIO com aquisição de Medicamentos Antiulcerosos e Material de Consumo, que somado ao valor dos rendimentos de aplicação R\$ 47,25 apurados durante o referido exercício e R\$ 478,65 de recursos próprios da Entidade, apurou-se o montante de R\$ 9.975,90. Dessa forma, os recursos financeiros acima informados foram totalmente executados e já realizada e enviada Prestação de Contas Final à Secretaria Estadual de Saúde via DRS XIII de Ribeirão Preto.**
- **Através do Convênio nº 000919/2022 / Processo nº SES-PRC-2022-00180-DM, relativo ao Programa MAIS SANTAS CASAS (LEI Nº 17.461, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021 / DECRETO Nº 66.374, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021 / Resolução SS - 192, de 23 de dezembro de 2021 / Resolução SS nº 01, de 07 de janeiro de 2022), celebrado com a Secretaria Estadual de Saúde em 23/06/2022, publicado no D.O.E. em 25/06/2022, no valor total de R\$ 904.815,12, através do Sistema SP SEM PAPEL, a ser pago em 24 parcelas mensais de R\$ 37.700,63, para CUSTEIO com Pagamento de Parte da Conta da Energia Elétrica, foi recebido em 2022 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 37.700,63 cada, cujos pagamentos ocorreram nas datas de 25/07/2022, 25/08/2022, 23/09/2022, 25/10/2022, 25/11/2022 e 22/12/2022, totalizando R\$ 226.203,78, que somado ao valor dos rendimentos de aplicação R\$ 267,88 apurados durante o referido exercício e R\$ 40.687,52 de recursos próprios da Entidade, apurou-se o montante de R\$ 267.159,18, dos quais utilizou-se R\$ 191.490,04, restando R\$ 75.669,14 para ser aplicado no Exercício de 2023.**





- **Através do Convênio nº 000926/2022 / Processo nº SES-PRC-2022-00952-DM, relativo a SUBVENÇÃO, celebrado com a Secretaria Estadual de Saúde em 24/06/2022, publicado no D.O.E. em 29/06/2022, no valor total de R\$ 341.392,42, através do Sistema SP SEM PAPEL, a ser pago em 12 parcelas mensais de R\$ 28.449,37, para CUSTEIO com Aquisição de Medicamentos Anticoagulantes, foi recebido em 2022 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 28.449,37 cada, cujos pagamentos ocorreram nas datas de 25/07/2022, 25/08/2022, 23/09/2022, 25/10/2022, 25/11/2022 e 22/12/2022, totalizando R\$ 170.696,22, que somado ao valor dos rendimentos de aplicação R\$ 1.199,70 apurados durante o referido exercício, apurou-se o montante de R\$ 171.895,92, dos quais utilizou-se R\$ 129.460,60, restando R\$ 42.435,32 para ser aplicado no Exercício de 2023.**

**TERMOS ADITIVOS CELEBRADOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BATATAIS, PARA REPASSE DE RECURSOS, VIA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA INSTALADA NA SANTA CASA DE BATATAIS, PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO NOVO CORONAVIRUS (SARS - CoV-2) COVID-19.**

Diante da pandemia causada pela COVID-19 que infelizmente atingiu nosso País em 2020, e conseqüentemente, nosso Estado, nossa região e também nossa cidade, foi necessária a implantação e estruturação de uma ALA nas dependências da Santa Casa de Batatais, totalmente dedicada e exclusiva ao atendimento dos pacientes acometidos pela COVID-19.

Assim, para o custeio dessa assistência, foi necessária a celebração de Termos Aditivos com a Secretaria Municipal de Saúde, para o repasse de Recursos à Santa Casa via Fundo Municipal de Saúde, visando manter o custeio dessa estrutura para o cuidados dos pacientes. Dessa forma, foram celebrado(s) o(s) seguinte(s) Termo(s) Aditivo(s):

- **Através do Termo Aditivo nº 003/2022, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde de Batatais em 07/03/2022, publicado no D.O.M em 09/03/2022, para CUSTEIO, foi repassado valor de R\$ 575.000,00, em parcela única como valor PRÉ-FIXADO. Além desses valores foi utilizado R\$ 1.899,94 de recursos próprios da Entidade. Os valores PRÉ-FIXADOS e de Recursos Próprios foram utilizados no custeio das aquisições de Materiais de Consumo, Medicamentos, Pagamento de Pessoal, Honorários Médicos etc, despesas necessárias a assistência dos pacientes. Dessa forma, somando-se os valores do Pré-Fixado e os recursos próprios da Entidade, foi utilizado o montante de R\$ 576.899,94. Dessa forma, os recursos financeiros acima informados foram totalmente executados e já realizada a Prestação de Contas no Portal da Transparência da Entidade.**

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA ÀS EQUIPES DE COORDENADORES, GESTORES DO HOSPITAL E COLABORADORES EM GERAL, VISANDO MELHORIAS E EFICIÊNCIA NA GESTÃO E CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES DA ENTIDADE:**

Em 2022 manteve-se os treinamentos e os processos de educação continuada, para a capacitação dos profissionais assistenciais e de apoio assistencial, qualificando-os para atender o Programa de Segurança do Paciente e a Qualidade da Assistência.



**RECURSOS HUMANOS:**

Apesar das ações dos Governos, em parcerias com os órgãos de representações das Entidades prestadoras de serviços filantrópicos (FEHOSP e CMB) criarem e oferecerem Programas e Projetos que qualificam e aprimoram o conhecimento técnico dos profissionais e colaboradores dos hospitais integrantes da rede pública de saúde pelo SUS, e também dos investimentos realizados anualmente pela Entidade com recursos próprios visando melhorar cada vez mais a qualidade e a humanização da assistência hospitalar, a baixa remuneração do SUS tem sido um dos principais impeditivos para manter reduzido o indicador “Turn Over” em nossa Entidade que foi de 39,49% em 2022. O indicador dos últimos três anos foi de 23,50% em 2019, 18,47% em 2020 e de 28,03% em 2021. A razão do “Turn Over” manter-se elevado e com indicador crescente, devido aos problemas consequentes de saúde dos trabalhadores que atuaram na pandemia, bem como as contratações temporárias que foram necessárias nos três últimos anos em virtude de implantação de Ala COVID-19 em nosso Hospital, assim como, geograficamente, a Entidade está estabelecida entre dois grandes centros comerciais e com polos industriais de segmento na prestação de serviços, e com isso, a Santa Casa sofre pela oferta de empregos com salários mais atrativos oferecidos por outras áreas, inclusive, pelos estabelecimentos de saúde privados da região. A Santa Casa tem como principal demanda de seus serviços os atendimentos ao SUS que representa grande parte dos serviços prestados: **82,30%** das internações, **96,39%** dos serviços de hemodiálise, **47,76%** de Consultas de Especialidades realizadas e **68,40%** de SADTs – Exames para o Apoio Diagnóstico, cujas receitas representam apenas **46,39% do total da Receita da Entidade**. Portanto, a redução do “Turn Over” depende de mais recursos para viabilizar a aplicação de uma política de valorização salarial de nossos colaboradores.

<b>Resultados Relacionados a Recursos Humanos:</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Empregados nos finais de exercícios	Quantidade	395	396	406
Taxa de Turn Over (anual)	Porcentagem	39,49%	28,03%	18,41%
Segmentação da mão de obra, segundo a alocação das funções:				
Empregados da Área Administrativa	Quantidade	50	50	58
Empregados da Área Assistencial	Quantidade	208	200	187
Empregados da Área de Apoio Geral	Quantidade	137	146	161

<b>Nível Educacional em 2022:</b>	<b>Superior</b>	<b>Superior Incompleto</b>	<b>Ensino Médio</b>	<b>Ensino Fundamental</b>
Área Administrativa	29	0	21	0
Área Assistencial	55	0	148	5
Área de Apoio Geral	17	4	76	40

<b>Referente a Recolhimento Previdenciário</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Recolhimento de Contribuições Previdenciárias, retidos dos funcionários e incidentes s/folha de pagamento de salários.	R\$	814.317,29	901.611,28	859.558,91



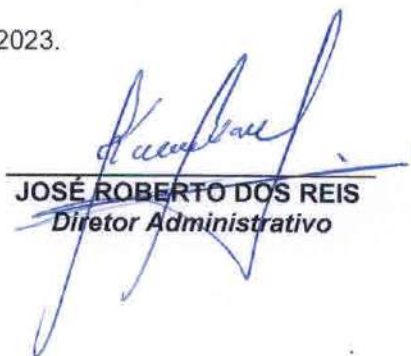
### **AÇÕES DE PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE:**

A Entidade vem cumprindo todas as exigências voltadas à preservação e conservação do Meio Ambiente, inclusive, atendendo também, as disposições legais da Resolução nº. 358 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA, que dispõe sobre o tratamento e as disposições finais dos resíduos dos serviços de saúde, firmando assim o dever de cumprir com ações de controle e destinação dos resíduos gerados por esta Unidade de Serviço de assistência Médico-Hospitalar, conforme rege o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos desta Santa Casa, em parceria com o município que executa os projetos de proteção ao meio ambiente.

Batatais/SP, 27 de março de 2023.



**DALVANIA BORGES DA COSTA**  
*Provedora*



**JOSÉ ROBERTO DOS REIS**  
*Diretor Administrativo*



## Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

### Balancos patrimoniais - Ativo


Em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	2022	2021
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>6.460.121</b>	<b>8.155.027</b>
Disponível		152.243	165.232
Realizável		6.307.878	7.989.795
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>5</b>	<b>1.362.988</b>	<b>1.706.586</b>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		733.025	617.581
Aplicações Livres		629.963	1.089.005
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>6</b>	<b>507.705</b>	<b>439.671</b>
Contraprestação Pecuniária a Receber		488.956	425.538
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		18.749	14.133
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	<b>7</b>	2.125.921	3.052.041
Bens e Títulos a Receber	<b>8</b>	2.158.048	2.771.285
Despesas Antecipadas		153.216	20.212
		<b>20.590.813</b>	<b>21.466.502</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>226.738</b>	<b>756.534</b>
Realizável a Longo Prazo	<b>8</b>	226.204	756.000
Títulos e Créditos a Receber		534	534
Depósitos Judiciais e Fiscais			
<b>Investimentos</b>		<b>6.791.085</b>	<b>6.786.918</b>
Outros investimentos		6.791.085	6.786.918
<b>Imobilizado</b>	<b>9</b>	<b>13.571.389</b>	<b>13.920.839</b>
<b>Imóveis de Uso Próprio</b>		<b>9.109.426</b>	<b>9.282.232</b>
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		2.872.131	3.025.026
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		6.237.295	6.257.206
<b>Imobilizado de Uso Próprio</b>		<b>3.333.244</b>	<b>4.034.924</b>
<b>Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos</b>		<b>2.865.306</b>	<b>3.477.075</b>
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		467.938	557.849
Imobilizações em Curso		1.128.719	603.683
<b>Intangível</b>		<b>1.601</b>	<b>2.211</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>27.050.934</b>	<b>29.621.529</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

  
Dalvânia Borges da Costa  
Provedora

  
José Henrique Zanetti  
1º Tesoureiro

  
Josifene Donizeti Fernandes  
Contadora - CRC 1SP230904/O-9



## Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

### Balanços patrimoniais – Passivo


Em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	2022	2021
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>11.923.877</b>	<b>10.682.299</b>
<b>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>10</b>	<b>1.533.927</b>	<b>1.237.501</b>
<b>Provisões de Contraprestações</b>		<b>689.717</b>	<b>602.865</b>
Provisão de Contraprestação Não Ganha - PCNG		689.717	602.865
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		102.483	71.937
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistências		239.658	137.005
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		502.069	425.694
<b>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>		<b>31.540</b>	<b>31.135</b>
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		22.640	22.235
Outros Débitos de Op. com Planos de Assist. à Saúde		8.900	8.900
Débitos com Op. de Assistência à Saúde Não Relac.com OPS	<b>11</b>	2.254.924	2.269.546
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		291.070	279.164
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	<b>12</b>	3.230.736	1.974.687
Débitos Diversos	<b>13</b>	4.581.680	4.890.266
		<b>7.720.753</b>	<b>9.132.524</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>14</b>	<b>181.610</b>	<b>152.034</b>
Provisões		181.610	152.034
Provisões para Ações Judiciais	<b>12</b>	4.400.045	4.905.107
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	<b>13</b>	3.139.098	4.075.383
Débitos Diversos			
	<b>16</b>	<b>7.406.304</b>	<b>9.806.706</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.862.317</b>	<b>2.927.644</b>
Capital Social		<b>7.887.974</b>	<b>7.944.389</b>
<b>Reservas</b>		<b>3.555.626</b>	<b>3.555.626</b>
Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais		4.332.348	4.388.763
Reservas de Reavaliação		<b>(2.343.987)</b>	<b>(1.065.327)</b>
<b>Superávits / Déficits Acumulados</b>			
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>27.050.934</b>	<b>29.621.529</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

  
Dalvânia Borges da Costa  
Provedora

  
José Henrique Zanetti  
1º Tesoureiro

  
Josilene Donizeti Fernandes  
Contadora - CRC 1SP230904/O-9



## Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

### Demonstrações do resultado - DRE

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	2022	2021
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>5.189.231</b>	<b>4.954.659</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		5.189.231	4.954.659
Contraprestações Líquidas		5.189.231	4.954.659
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>		<b>(3.434.196)</b>	<b>(2.843.572)</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados		(3.357.821)	(2.833.261)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(76.375)	(10.311)
		<b>1.755.035</b>	<b>2.111.087</b>
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>			
<b>Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde</b>		<b>4.268</b>	<b>2.136</b>
<b>Receitas de Assistência à Saúde Não Relac. com OPS</b>		<b>30.309.198</b>	<b>31.714.920</b>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		7.438.650	6.755.879
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)		16.838.413	16.043.305
Outras Receitas Operacionais	17	6.032.135	8.915.736
<b>Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>(91.018)</b>	<b>(48)</b>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(75.203)	-
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(15.815)	(48)
<b>Outras Despesas Op.de Assist. à Saúde não Relac. com OPS</b>		<b>(33.450.034)</b>	<b>(34.074.988)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>(1.472.551)</b>	<b>(246.893)</b>
Despesas de Comercialização		(5.918)	(4.495)
Despesas Administrativas	18	(698.531)	(683.876)
		<b>(656.702)</b>	<b>(483.902)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	19		
Receitas Financeiras		348.135	277.571
Despesas Financeiras		(1.004.837)	(761.473)
		<b>433.300</b>	<b>353.839</b>
<b>Resultado Patrimonial</b>			
Receitas Patrimoniais		445.480	356.604
Despesas Patrimoniais		(12.180)	(2.765)
		<b>(2.400.402)</b>	<b>(1.065.327)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>			
Imposto de Renda		-	-
Contribuição Social		-	-
Participações sobre o lucro		-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>(2.400.402)</b>	<b>(1.065.327)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Dalvânia Borges da Costa  
Provedora



José Henrique Zanetti  
1º Tesoureiro



Josilene Donizeti Fernandes  
Contadora - CRC 1SP230904/O-9



## Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - DMPL

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Reserva patrimoniais</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>	<u>Déficits acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>5.482.235</b>	<b>3.555.626</b>	<b>4.388.763</b>	<b>(2.554.591)</b>	<b>10.872.033</b>
Déficit do exercício	-	-	-	(1.065.327)	(1.065.327)
Transferência para o patrimônio social	(2.554.591)	-	-	2.554.591	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.927.644</b>	<b>3.555.626</b>	<b>4.388.763</b>	<b>(1.065.327)</b>	<b>9.806.706</b>
Realização da reserva de reavaliação por alienação do imobilizado	-	-	(56.415)	56.415	-
Déficit do exercício	-	-	-	(2.400.402)	(2.400.402)
Transferência para o Patrimônio Social	(1.065.327)	-	-	1.065.327	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.862.317</b>	<b>3.555.626</b>	<b>4.332.348</b>	<b>(2.343.987)</b>	<b>7.406.304</b>

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Dalvânia Borges da Costa  
Provedora

  
José Henrique Zanetti  
1º Tesoureiro

  
Josilene Donizeti Fernandes  
Contadora - CRC 1SP230904/O-9



## Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

### Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	(2.400.402)	(1.065.327)
<b>Ajuste por:</b>		
Depreciações e amortizações	943.067	908.353
Residual baixa de imobilizado	80.978	30.273
Provisão para ações judiciais	29.577	1.927
<b>Variação dos Ativos</b>		
Aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas	(115.444)	(24.677)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(68.034)	(423.327)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	926.120	(7.626)
Bens e títulos a receber	1.143.033	1.079.769
Despesas antecipadas	(133.003)	90.716
<b>Variação dos Passivos</b>		
Eventos/ sinistros a liquidar e provisão técnica	282.209	431.760
Débitos de operações de assistência à saúde		
Tributos e encargos sociais a recolher	11.906	28.341
Débitos diversos	(1.244.872)	(987.202)
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	<u>(544.865)</u>	<u>62.980</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições do imobilizado e intangível	(673.985)	(1.182.570)
Investimentos	(4.166)	(1.849)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>(678.151)</u>	<u>(1.184.419)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Variação dos empréstimos e financiamentos	750.985	1.092.141
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<u>750.985</u>	<u>1.092.141</u>
<b>Variação no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(472.031)</u>	<u>(29.298)</u>
Caixa e equivalentes de caixa (livres) no fim do exercício	782.206	1.254.237
Caixa e equivalentes de caixa (livres) no início do exercício	1.254.237	1.283.535
<b>Variação no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(472.031)</u>	<u>(29.298)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Dalvânia Borges da Costa  
Provedora

  
José Henrique Zanetti  
1º Tesoureiro

  
Josilene Donizeti Fernandes  
Contadora - CRC 1SP230904/O-9

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais**

---

### **1 Contexto operacional**

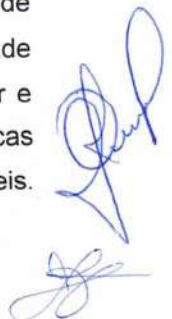
A Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais (Hospital Major Antônio Cândido) é uma Entidade sem fins lucrativos, com objetivos filantrópicos, fundada em 14 de junho de 1913, reconhecida de utilidade pública através do Decreto Federal nº 63.816 de 16 de dezembro de 1968, publicado no DOU em 24 de dezembro de 1968, sediada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo, situada na Avenida Dr. Manuel Furtado, nº. 235, CEP: 14.300-029, inscrita no CNPJ sob o nº. 44.945.962/0001-99 e isenta de Inscrição Estadual, e tem por finalidade essencialmente a aplicação dos recursos financeiros, operacionais e extra operacionais conforme prevê seu Estatuto na prestação de assistência médico-hospitalar e manutenção da Entidade, assim como obter e manter meios e modos de assistência ou beneficência que, a seu juízo, se enquadra nos fins da Instituição. É constituída por irmãos (sócios) admitidos pela Mesa Administrativa. A Entidade rege-se pelo Estatuto Social através da: a) Assembleia Geral; b) Mesa Administrativa; e c) Provedoria.

As atividades abrangem o atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS nas áreas hospitalar e ambulatorial, plano de saúde próprio, convênios e particulares. Em novembro de 1997 foi criado o Plano de Saúde "Santa Casa Saúde" que para atendimento dos seus usuários utiliza os serviços da Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais e de uma rede credenciada de médicos, laboratórios e demais serviços.

### **2 Ambiente regulatório**

#### **2.1 Regulamentação**

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Entidade está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.





## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais**

---

A Entidade está sujeita às seguintes principais exigências estabelecidas pelas resoluções normativas RN/ANS nº 451 de 6 de março de 2020, RN/ANS nº 227 de 19 de agosto de 2010, RN/ANS nº 392 e RN/ANS nº 393 ambas de 9 de dezembro de 2015 e alterações vigentes:

### **a) Capital regulatório**

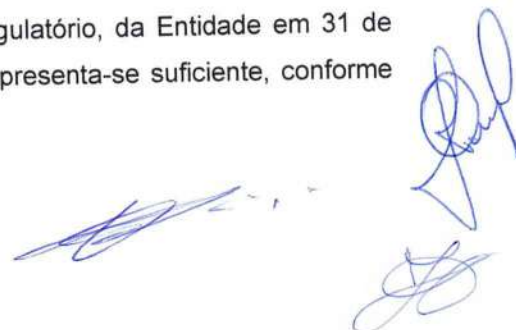
Consideram-se capital regulatório o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a Entidade deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital regulamentadas pela RN/ANS nº 451/2020. A Entidade apresenta Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 7.218.575 (R\$ 9.756.147 em 2021).

O Capital Base – CB representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator “K”, emitido pela ANS, pelo capital de referência de R\$ 10.883.087,01 em dezembro de 2022, o qual é anualmente ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), que deve ser observado pelas operadoras de planos de saúde. O fator “K” vigente em dezembro de 2022 corresponde a 1,77%, de modo que o Capital Base – CB é de R\$ 192.631, conseqüentemente, o Patrimônio Líquido Ajustado da Entidade atende a esse mínimo estabelecido.

### **b) Margem de solvência**

A margem de solvência é a regra de capital que define um montante variável a ser observado em função do volume de contraprestações e eventos indenizáveis aferidos pela operadora conforme regulamentação dada pela RN/ANS nº 451/2020. Os prazos permitidos para adequação da margem de solvência foram redefinidos em 22 de dezembro de 2012 sendo que entre janeiro de 2020 e dezembro de 2022 deve-se manter a proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% do valor da margem de solvência e a partir de dezembro de 2022, 100%.

A margem de solvência, sendo esse o valor para o Capital Regulatório, da Entidade em 31 de dezembro de 2022 em relação ao patrimônio líquido ajustado apresenta-se suficiente, conforme demonstrado a seguir:



## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

	<b>Valores</b>
Margem de Solvência Total	<b>1.037.846</b>
Percentual de Exigência em 31/12/2022	100,00%
<b>Margem de solvência exigida</b>	<b>1.037.846</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>7.218.575</b>
<b>Diferença em R\$ entre o patrimônio ajustado e a margem de solvência exigida</b>	<b>6.180.729</b>
<b>Situação do patrimônio ajustado em relação à margem de solvência exigida</b>	<b>Suficiente</b>

### 3 Base de preparação das demonstrações financeiras

#### 3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial, a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela ANS. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através de Resolução Normativa – RN nº 528 de 29 de abril de 2022 (RN/ANS nº 435 em 2021), como também parcialmente aos aspectos relacionados à Lei nº 11.638/2007.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 10 de março de 2023 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.





---

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

#### **Em reais**

---

Nos exercícios de 2022 e 2021, a Entidade não realizou operações para apresentação das demonstrações do resultado abrangente. Dessa forma, a Entidade não está apresentando as demonstrações do resultado abrangente para os exercícios de 2022 e 2021.

### **3.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

### **3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

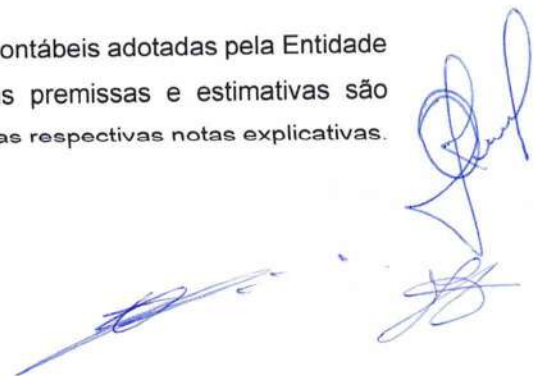
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

### **3.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Entidade e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.



## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2022 são:

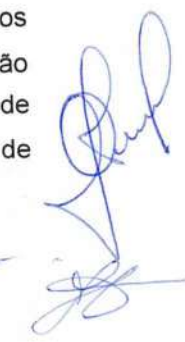
- (i) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde – nota explicativa 6;
- (ii) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde da operadora – nota explicativa 7;
- (iii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado – nota explicativa 9;
- (iv) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível
- (v) Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA e Ressarcimento ao SUS – nota explicativa 10; e
- (vi) Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos – nota explicativa 14.

## **4 Resumo das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### **4.1 Instrumentos financeiros**

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Entidade e por atender as condições dos pronunciamentos técnicos contábeis, emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade: i) Disponível; ii) Aplicações financeiras; iii) Créditos de operação com planos de assistência à saúde relacionados e não relacionados com o plano de saúde; e iv) Bens e títulos a receber.





## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras** **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021** **Em reais**

---

Os passivos financeiros básicos da Entidade são: i) Provisão de eventos a liquidar; ii) Débitos de operações de assistência à saúde relacionados e não relacionados com o plano de saúde; e iii) Débitos diversos.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Operadora tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos.



## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

#### **Em reais**

---

#### **4.2 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

- Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN/ANS nº 521/2022 (RN/ANS nº 392/2015 em 2021). As aplicações vinculadas possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira e devem ser suficientes para garantir o saldo da: provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados a mais de 60 dias, provisão para eventos ocorridos e não avisados e provisão para remissão. As aplicações não vinculadas têm como objetivo lastrear o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias e que não necessitam de garantias vinculadas.
- Aplicações livres: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.





## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais**

---

### **4.3 Créditos de operações com planos de assistência à saúde**

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas originadas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Entidade, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

### **4.4 Estoque**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

### **4.5 Investimentos**

Representados basicamente, por imóveis destinados a renda e participações societárias em instituições financeiras avaliados pelo custo.

### **4.6 Imobilizado**

Compreendido, predominantemente pelas edificações, máquinas e equipamentos hospitalares e não hospitalares, móveis e utensílios, computadores e periféricos. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras** **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021** **Em reais**

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

	<u>Taxa de depreciação</u>
Edificações	4%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Benfeitorias	4%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas operacionais no resultado.





## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais**

---

### **4.7 Ativo intangível**

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

### **4.8 Impairment de ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por *impairment* entre essa diferença.

### **4.9 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme demonstrado na nota 10. Segue um breve descritivo sobre a prática contábil para as provisões técnicas:

(i) Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.



---

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
**Em reais**

---

(ii) Provisões para eventos a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

(iii) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA

Constituída conforme RN da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela falta de avisos.

(iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados do SUS – PEONA SUS

Refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS) (realizados pelos beneficiários da operadora) que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pela ANS à operadora. A estimativa de provisão observa o fator individual de cada operadora de PEONA SUS com o montante de eventos avisados nos últimos 24 meses, sendo o valor calculado disponível no espaço da operadora no endereço eletrônico da ANS.

(v) Provisão de eventos a liquidar para o SUS

Referem-se a cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde.





## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

#### **Em reais**

---

#### **4.10 Empréstimos e financiamentos**

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### **4.11 Provisões**

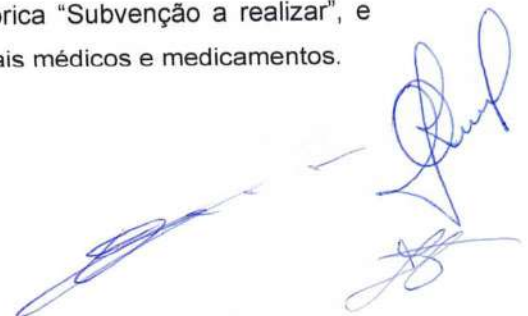
Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

#### **4.12 Subvenções governamentais**

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

##### **4.12.1 Subvenção para custeio**

Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica “Subvenção a realizar”, e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.



## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

#### **Em reais**

---

#### **4.12.2 Subvenção para investimento**

Refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

#### **4.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade apresentava o passivo circulante maior que o ativo circulante.





## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais**

---

### **4.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

### **4.15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.



## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras** **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021** **Em reais**

---

### **4.16 Receita operacional**

#### **4.16.1 Reconhecimento das receitas e respectivos custos**

Por determinação da ANS, são classificados como “contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde” o resultado líquido das receitas, deduzidas às variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade de cobertura.

A apropriação das receitas observa o regime de competência de exercícios considerando:

- (i) nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e
- (ii) nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores do ingresso.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre quando do recebimento das respectivas contas e através da constituição de provisão como referido na nota 10.

As demais receitas e despesas observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

#### **4.16.2 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros sobre empréstimos e financiamentos reconhecida pelos juros incorridos até a data do balanço.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
**Em reais**

---

**4.17 Novos pronunciamentos contábeis emitidos e ainda não adotados**

<b>IFRS</b>	<b>CPC</b>	<b>Descrição</b>
16	06 (R2)	Arrendamentos
15	47	Receita de contrato com cliente

**4.17.1 CPC 06 – Arrendamentos**

A Entidade avalia se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. As isenções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O custo do ativo de direito de uso compreende:

- (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data;
- (iii) custos diretos incorridos; e
- (iv) estimativas de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável e está reconhecido na conta “Imobilizado”.

O passivo do arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontado pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento e está reconhecida na conta “Passivo de Arrendamentos”.

No resultado do período é reconhecida uma despesa de depreciação do ativo de direito de uso e uma despesa de juros do passivo de arrendamento

A Entidade não possui contratos que contém arrendamento em 2022 e em 2021.



## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

### 4.17.2 CPC 47 – Receita de contrato com cliente

O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador.

A partir de 1º/1/2022 a Entidade passou a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas, conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), quanto à contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário. Desta forma, no grupo de receitas consta apenas a taxa de administração cobrada. A movimentação e composição das contas é apresentada em conformidade com o Capítulo III, da RN 528/2022.

### 4.18 Fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa está apresentada pelo método indireto.

## 5 Aplicações financeiras

<b>Modalidade</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Banco Santander - C.A: 1620-8 Fundo Santander Saúde ANS RF	563.968	503.478
Banco Santander - C.A: 1620-8 Fundo Santander Saude ANS RF	169.057	114.103
<b>Aplicações garantidoras de provisões técnicas</b>	<b>733.025</b>	<b>617.581</b>
Itaú Unibanco S.A. - C.A: 02196-0 CDBs Apl. Aut Mais	604	220
Banco Santander S/A - C/A: 1630-1 Contamax Emp. CDB	1.565	-
Banco Santander (Brasil) S/A - C/A: 1620-8 CDB Di	2.369	9.733
Banco do Brasil S/A - C/A: 40.304-0 CDBs Di	-	58.751
Outros Títulos de Renda Fixa	623.210	797.667
Cotas de Fundos de Investimentos	2.215	222.634
<b>Aplicações livres</b>	<b>629.963</b>	<b>1.089.005</b>
	<b>1.362.988</b>	<b>1.706.586</b>





## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Entidade.

A Entidade apresentou as aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN/ANS nº 521/2022 (RN/ANS nº 419/2016 em 2021) posteriores alterações da ANS. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

Garantias financeiras x Provisões técnicas:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Ativos garantidores	<u>733.025</u>	<u>617.581</u>
(A) - Aplicações financeiras garantidoras	<u><b>733.025</b></u>	<u><b>617.581</b></u>
Provisões técnicas		
Eventos ocorridos e não avisados – PEONA	441.085	421.146
Eventos ocorridos e não avisados - PEONA SUS	60.984	4.548
Eventos a liquidar avisados até 60 dias	239.658	137.005
Eventos a liquidar avisados há mais de 60 dias	102.483	71.937
SUS vencidos há mais de 5 anos/Adimplência	(98.519)	(69.898)
	<u><b>445.049</b></u>	<u><b>423.185</b></u>
Necessidade de vínculo	<b>745.691</b>	<b>564.738</b>
Necessidade de lastro	<u><b>(12.666)</b></u>	<u><b>52.843</b></u>
Insuficiência/Suficiência de Lastro		




**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
**Em reais**

**6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Individual	137.405	110.208
Coletivo	396.090	347.497
Participação dos Beneficiários Eventos Indenizados	25.806	18.052
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos – PPSC (i)	<u>(51.596)</u>	<u>(36.086)</u>
	<b><u>507.705</u></b>	<b><u>439.671</u></b>

- (i) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.3. A administração da Entidade, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

**7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a receber	2.639.064	3.527.215
Outros créditos operacionais	53.293	91.262
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos - PPSC (i)	<u>(566.436)</u>	<u>(566.436)</u>
	<b><u>2.125.921</u></b>	<b><u>3.052.041</u></b>

- (i) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.3. A administração da Entidade, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.



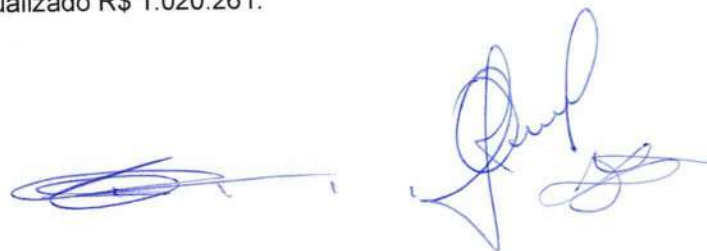


**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
**Em reais**

**8 Bens e títulos a receber**

	2022			2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Estoque (i)	1.171.293	-	1.171.293	1.372.854	-	1.372.854
Títulos a receber	21.890	-	21.890	10.700	-	10.700
Adiantamentos	7.365	-	7.365	7.557	-	7.557
Outros títulos a receber (ii)	957.500	226.204	1.183.704	806.298	756.000	1.562.298
Desapropriação - Município de Batatais (iii)	-	1.020.261	1.020.261	573.876	906.812	1.480.688
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos	-	(1.020.261)	(1.020.261)	-	(906.812)	(906.812)
	<b>2.158.048</b>	<b>226.204</b>	<b>2.384.252</b>	<b>2.771.285</b>	<b>756.000</b>	<b>3.527.285</b>

- (i) Substancialmente composto por estoque de materiais e medicamentos disponível para utilização na Entidade.
- (ii) O saldo está composto substancialmente por valores a receber relativo a convênios estaduais no montante de R\$ 941.208, federal R\$ 115.972 e municipal R\$ 143.621 cuja contrapartida foi registrada no passivo na rubrica Depósitos de beneficiários e de terceiros conforme nota explicativa 13.
- (iii) Trata-se de valor a receber da Prefeitura Municipal de Batatais, por desapropriação de terreno para a construção do Aero clube de Batatais, conforme processo nº 1129/54 transitado em julgado, em 07 de maio de 2002, valor atualizado R\$ 1.020.261.

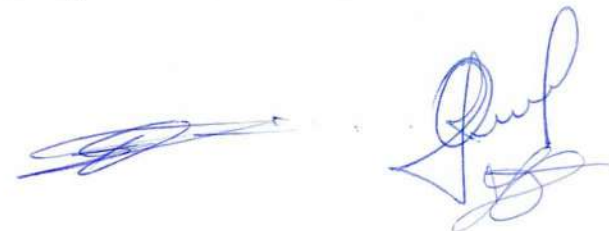


**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
**Em reais**

**9 Imobilizado**

	<u>01/01/2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Custo corrigido</b>								
Terrenos	1.401.327	-	-	-	1.401.327	56.416	-	1.457.743
Terrenos mantenedora - reavaliação	4.388.763	-	-	-	4.388.763	-	(56.416)	4.332.347
Edificações	5.722.641	-	-	398.077	6.120.718	-	-	6.120.718
Instalações	18.016	-	-	-	18.016	-	-	18.016
Máquinas e equipamentos	7.746.132	682.186	(1.200)	-	8.427.118	73.203	(43.656)	8.456.665
Móveis e utensílios	1.886.682	80.735	(34.701)	-	1.932.716	4.090	-	1.936.806
Equipamentos de informática	568.152	24.763	(23.388)	-	569.527	15.240	-	584.767
Veículos	190.215	-	-	-	190.215	-	-	190.215
Benfeitorias em imóveis de terceiros	18.429	-	-	-	18.429	-	-	18.429
Obras em andamento	606.873	394.886	-	(398.077)	603.682	525.036	-	1.128.718
	<b>22.547.230</b>	<b>1.182.570</b>	<b>(59.289)</b>	<b>-</b>	<b>23.670.511</b>	<b>673.985</b>	<b>(100.072)</b>	<b>24.244.424</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
Edificações	(2.462.404)	(166.171)	-	-	(2.628.575)	(172.806)	-	(2.801.381)
Instalações	(7.772)	(1.559)	199	-	(9.132)	(1.510)	-	(10.642)
Máquinas e equipamentos	(4.622.080)	(553.446)	1.200	-	(5.174.326)	(585.341)	19.094	(5.740.573)
Móveis e utensílios	(1.270.020)	(108.920)	4.228	-	(1.374.712)	(111.224)	-	(1.485.936)
Equipamentos de informática	(329.279)	(68.342)	23.389	-	(374.232)	(66.210)	-	(440.442)
Veículos	(160.866)	(9.400)	-	-	(170.266)	(5.366)	-	(175.632)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.429)	-	-	-	(18.429)	-	-	(18.429)
	<b>(8.870.850)</b>	<b>(907.838)</b>	<b>29.016</b>	<b>-</b>	<b>(9.749.672)</b>	<b>(942.457)</b>	<b>19.094</b>	<b>(10.673.035)</b>
	<b>13.676.380</b>	<b>274.732</b>	<b>(30.273)</b>	<b>-</b>	<b>13.920.839</b>	<b>(268.472)</b>	<b>(80.978)</b>	<b>13.571.389</b>

A Entidade realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2022 e de 2021, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.





**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
**Em reais**

**10 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão de contraprestação não ganha - individual e coletivos	689.717	602.865
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	102.483	71.937
Rede contratada credenciada	239.658	137.005
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - Peona	<u>502.069</u>	<u>425.694</u>
	<b><u>1.533.927</u></b>	<b><u>1.237.501</u></b>

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.9 .

As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na nota 5, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN da ANS, representadas por quotas de Fundo de Investimentos, dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

**11 Débitos com operações de assistência à saúde não relacionada com o plano de saúde da operadora**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prestadores de serviços	2.254.925	2.269.546
	<b><u>2.254.925</u></b>	<b><u>2.269.546</u></b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
**Em reais**

**12 Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento final	2022			2021		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
capital de giro	Até 1,70% a.m	abr/26	2.410.345	4.400.045	6.810.390	1.957.677	4.905.107	6.862.784
conta garantida	100% CDI + 0,72% a.m a 1,8 a.m	fev/23	799.530	-	799.530	3.897	-	3.897
Outros		mar/24	12.809	-	12.809	-	-	-
Cartão de crédito			8.052	-	8.052	13.113	-	13.113
		<b>Total</b>	<b>3.230.736</b>	<b>4.400.045</b>	<b>7.630.781</b>	<b>1.974.687</b>	<b>4.905.107</b>	<b>6.879.794</b>

As garantias são os faturamentos do SUS e Santa Casa e aval da Administração.

**13 Débitos diversos**

	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Salários	726.925	-	726.925	681.162	-	681.162
Provisão de férias e encargos sociais	1.147.123	-	1.147.123	1.134.860	-	1.134.860
Outras obrigações com pessoal	500	-	500	4.053	-	4.053
Fornecedores	1.048.627	-	1.048.627	802.945	-	802.945
Depósitos de beneficiários e de terceiros (i)	1.332.156	(ii) 2.995.597	4.327.753	1.901.988	3.934.522	5.836.510
Outros débitos a pagar	326.349	143.501	469.850	365.258	140.861	506.119
	<b>4.581.680</b>	<b>3.139.098</b>	<b>7.720.778</b>	<b>4.890.266</b>	<b>4.075.383</b>	<b>8.965.649</b>





## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

#### **Em reais**

- (i) O saldo está composto por valores remanescentes de auxílio municipal e convênios estaduais e federais, término da obra de oncologia, para custeio de aquisição de insumos hospitalares e investimento para aquisição de equipamentos, sendo R\$ 941.208, R\$ 115.972 e R\$ 143.621 para custeio (convênios estaduais, federal e municipal respectivamente), cuja contrapartida foi registrada na rubrica outros títulos a receber conforme nota explicativa 8.
- (ii) A Entidade adota os critérios de contabilização e registro dos bens adquiridos através de Doações e Subvenções Governamentais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo imobilizado é realizada em conta específica do passivo, pois a subvenção relacionada a ativo depreciable é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação.

### **14 Provisão para ações judiciais**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão para Ações Cíveis	181.611	152.034
	<u><b>181.611</b></u>	<u><b>152.034</b></u>

As ações de natureza cível discutem, principalmente, pedidos judiciais de revisões contratuais e indenizações de clientes, para as quais os assessores jurídicos da Entidade consideram como provável os riscos de perdas nas demandas.

A administração da Entidade com base na opinião dos seus assessores jurídicos de que a perda é provável para determinar ações cíveis indenizatória, registrou conservadoramente a provisão para contingências.

Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

#### **Em reais**

## **15 Passivos contingentes**

Com a edição da Lei nº 14.434 de 4 de agosto de 2022, que institui o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira, tem sido motivo de grandes discussões pelo setor de saúde pela impraticabilidade e impacto no setor. Em data posterior, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os efeitos da Lei até que os entes da federação, entidades do setor e os ministérios do Trabalho e da Saúde se manifestem sobre a capacidade de cumprir o piso. Os assessores jurídicos contratados da Entidade entendem que até que o processo seja decidido no mérito, a Lei não possui eficácia jurídica, portanto não é preciso reajustar os salários, e ainda que a decisão de mérito mantenha o piso nacional, caberá ao STF determinar se o piso deve ser observado desde a edição da Lei, o que acarretará a necessidade do pagamento retroativo, ou modular os efeitos da decisão para a data de sua publicação, ambas as alternativas são possíveis. Diante das incertezas, a Administração da Entidade, decidiu-se pela não constituição de provisão, no montante estimado de R\$ 1.585.879, para fazer face a eventual desembolso financeiro sobre a questão.

A Entidade discute ações trabalhistas e cíveis indenizatórias, no montante de R\$ 181.610, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2022 que o desfecho desses processos pelo andamento atual não é provável e nem possível. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas não foi constituída provisão.

## **16 Patrimônio líquido**

### **a) Patrimônio social**

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, somado ou subtraído pelos superávits ou déficits acumulados, conforme determina a legislação vigente.

### **b) Reservas patrimoniais**

Representada pelas doações governamentais e particulares recebidas ao longo dos anos.





**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
**Em reais**

**c) Reserva de reavaliação**

Representada pelo valor da mais valia do ativo imobilizado de uso da Entidade.

**d) Déficits acumulados**

Representa o superávit e/ou déficit do exercício acrescido da realização da reserva de reavaliação que, após devida aprovação, é incorporado ao patrimônio social. Em 2022 e 2021, foram apurados déficits nos montantes de R\$ 2.400.402 e R\$ 1.065.327, respectivamente.

**17 Outras receitas operacionais**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Subvenções estaduais	1.500.109	1.081.348
Subvenções federais	3.329.607	2.666.575
Subvenções municipais	33.099	2.683.136
Doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas	689.120	1.961.841
Outras	480.200	522.836
	<u><b>6.032.135</b></u>	<u><b>8.915.736</b></u>

**18 Despesas administrativas**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pessoal	(316.109)	(244.245)
Serviços de terceiros	(249.456)	(295.625)
Localização e funcionamento	(99.482)	(103.699)
Publicidade e propaganda	(23.400)	(18.000)
Tributos	(8.471)	(6.137)
Multas Administrativas Diversas	-	(15.420)
Diversas	(1.613)	(750)
	<u><b>(698.531)</b></u>	<u><b>(683.876)</b></u>



**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
**Em reais**

**19 Resultado financeiro líquido**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Ingressos financeiros</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	87.356	31.102
Receitas por recebimento em atraso	7.495	15.237
Descontos obtidos	51.018	19.103
Juros	202.266	212.129
	<b>348.135</b>	<b>277.571</b>
<b>Dispêndios financeiros</b>		
Despesas bancárias	(858.730)	(744.223)
Descontos concedidos	(4.018)	(1.625)
Despesa financeira de ressarcimento ao SUS	-	(2.595)
Outras despesas	(142.089)	(13.030)
	<b>(1.004.837)</b>	<b>(761.473)</b>
	<b>(656.702)</b>	<b>(483.902)</b>

**20 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas**

a) Assalariados

<b>Mês de competência</b>	<b>Base de cálculo</b>	<b>Empregador 20%</b>	<b>Outros 7,80%</b>	<b>2022 Total</b>	<b>2021 Total</b>
Janeiro	880.337	176.067	68.666	244.733	258.693
Fevereiro	962.152	192.430	75.048	267.478	256.681
Março	1.007.633	201.527	78.595	280.122	259.803
Abril	983.368	196.674	76.703	273.377	243.590
Maio	938.503	187.701	73.203	260.904	240.721
Junho	940.027	188.005	73.322	261.327	245.533
Julho	997.438	199.488	77.800	277.288	248.507
Agosto	972.391	194.478	75.847	270.325	245.089
Setembro	965.763	193.153	75.330	268.483	248.098
Outubro	969.408	193.882	75.614	269.496	257.107
Novembro	970.630	194.126	75.709	269.835	247.827
Dezembro	968.789	193.758	75.566	269.324	243.991
13º Salário	839.763	167.953	65.502	233.455	219.816
<b>TOTAL</b>	<b>12.396.202</b>	<b>2.479.242</b>	<b>966.905</b>	<b>3.446.147</b>	<b>3.215.456</b>






## Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

#### 21 Remuneração da Administração

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. Sua Administração está a cargo de uma Diretoria eleita em Assembleia Geral pela Entidade. O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de dois anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão. Os membros dos órgãos acima referidos não receberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

#### 22 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais e impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras** **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021** **Em reais**

---

### **23 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)**

Conforme Portaria nº 806 de 10 de agosto de 2021 emitida pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, ligada ao Ministério da Saúde, defere a renovação do CEBAS da Entidade, relativo ao Processo nº 25000.098132/2021-27, conforme Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais, CNPJ nº 44.945.962/0001-99, com sede em Batatais (SP). A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

### **24 Instrumentos financeiros e Gerenciamento de Risco**

#### **24.1 Análise dos instrumentos financeiros**

A Entidade participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.





## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

#### **Em reais**

---

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros, referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Entidade não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2022 e de 2021.

## **24.2 Gerenciamento de Riscos**

### **(i) Gestão de riscos financeiros**

#### **Fatores de risco financeiro**

As atividades da Entidade a expõem a alguns riscos financeiros, quais são: de crédito e de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela diretoria executiva e financeira que identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

#### **Risco de crédito**

Medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.

O risco de crédito da Entidade decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em reais

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

	Nota	2022	2021
Disponível		152.243	165.232
Aplicações financeiras (nota 5)	5	1.362.988	1.706.586
Créditos de operações com planos de assist. à saúde (nota 6)	6	507.705	439.671
Créditos de op. de assist. à saúde não relacionado com planos de saúde da operadora (nota 7)	7	2.125.921	3.052.041
Bens e títulos a receber e outros créditos (nota 8)	8	2.384.252	3.527.294
		<b>6.533.109</b>	<b>8.890.815</b>

### Créditos a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota explicativa 4.3.

### Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS. Em 2022 e em 2021 a Entidade apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 5.463.756 e de R\$ 2.527.272, respectivamente.

A Entidade, quando disponível, investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

### Disponível

Basicamente representado por valores em conta corrente. O excedente de caixa é imediatamente investido em aplicações de liquidez imediata.





## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

#### **Em reais**

---

#### **Aplicações financeiras**

A Entidade possui aplicações financeiras com classificação de risco baixa. A Administração classifica os investimentos de liquidez imediata e de baixo risco, exceto as aplicações garantidoras da ANS e os fundos imobiliários.

Para avaliação do risco de liquidez a Entidade se pauta das análises aplicadas para atendimento a Resolução Normativa da ANS relacionadas aos:

#### **(ii) Gestão de capital**

Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Entidade para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade possui, aproximadamente 5% e 6% respectivamente do seu ativo total registrado como disponível e aplicações financeiras. A Entidade também investe seu capital de forma substancial no ativo imobilizado, aproximadamente 50% (47% em 2021), trazendo assim maior conforto e comodidade aos seus beneficiários e pacientes.

#### **(iii) Risco de Subscrição**

Medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação.

#### **(iv) Risco de Mercado**

Medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.

#### **(v) Risco Legal**

Medida de incerteza relacionada aos retornos de uma operadora por falta de um completo embasamento legal de suas operações; é o risco de não-cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
**Em reais**

---

**(vi) Risco Operacional**

Medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos, tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas.

**25 Cobertura de seguro**

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



**Dalvânia Borges da Costa**  
Provedora



**José Henrique Zanetti**  
1º Tesoureiro



**Josilene Donizeti Fernandes**  
Contadora - CRC 1SP230904/O-9



## PARECER E APROVAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E ASILO DOS POBRES DE BATATAIS, CNPJ nº. 44.945.962/0001-99, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das Demonstrações Contábeis da Entidade, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, concluiu, com base neste exame e à luz do Parecer dos Auditores Independentes, **INOVAUD AUDITORES INDEPENDENTES, CRC 2SP033908/O-3**, emitido em 10/03/2023, que as referidas demonstrações, refletem adequadamente as situações financeiras e patrimoniais da Entidade e, por seus membros abaixo-assinados, **APROVAM** os presentes:

BALANÇOS PATRIMONIAIS, DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS (Receitas e Despesas), DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC (Método Indireto), e respectivas NOTAS EXPLICATIVAS, encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Batatais/SP, 27 de março de 2023.



JURACI FONSECA DO NASCIMENTO  
**Conselheiro Fiscal**



JOSÉ CARLOS RODRIGUES  
**Conselheiro Fiscal**

FREDERICO AUGUSTO DE OLIVEIRA CASTRO (In Memoriam)  
**Conselheiro Fiscal**

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

À Provedoria, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal da  
**Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais**  
Batatais SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da *Santa Casa de Misericórdia e Asilo do Pobres de Batatais (Entidade)*, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Santa Casa de Misericórdia e Asilo do Pobres de Batatais (Entidade)* em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Ênfases

### **Insuficiência de lastro Ativo Garantidor**

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 5 às demonstrações financeiras, no que se refere a suficiência de Ativo Garantidor da Entidade frente às provisões técnicas que representa os riscos esperados inerentes às operações de assistência à saúde, esse em 31 de dezembro de 2022 encontra-se insuficiente em R\$ 13 mil, quanto ao lastro.

### **Reajuste do piso salarial nacional da enfermagem**

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, onde a Entidade apoiada na decisão de seus assessores jurídicos decidiu por não efetuar qualquer provisão sobre o reajuste do piso salarial nacional da enfermagem devido às incertezas quanto a eficácia jurídica até que o tema seja decidido no mérito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- (ii) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- (iv) concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.





(v) avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 10 de março de 2023.



**Inoveaud Auditores Independentes**  
CRC 2SP033908/O-3

**Júlio César de Souza Nunes**  
Contador CRC 1SP186234/O-2